



PROGRAMA DE DISCIPLINA EFICÁCIA DAS DECISÕES JUDICIAIS E DIREITOS HUMANOS

INFORMAÇÕES GERAIS

Código: XXX0000	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Obrigatória Linha 1
Professora Dra. Aline Sueli de Salles Santos			Matrícula: 1476682
Professor Dr. Guilherme Assis de Almeida			Colaborador - USP

1 EMENTA

Estudos de casos e pesquisa em direito. Casos e julgamentos paradigmáticos em Direitos Humanos. A dignidade da pessoa na prática do direito. A cultura dos direitos humanos e a não-violência. Graves violações de direitos humanos no Brasil. Democracia, esfera pública e legitimação do Direito. A criminalização dos movimentos sociais e o Poder Judiciário. As decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Análise de decisões judiciais nacionais e internacionais fundamentadas em direitos humanos.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

Estudar o problema da eficácia dos Direitos Humanos no âmbito das decisões judiciais.

2.2 Objetivos específicos:

- A. Identificar os mecanismos jurídicos de efetivação dos direitos humanos.
- B. Pesquisar o papel do Judiciário nacional e Cortes Internacionais de Direitos Humanos.
- C. Promover pesquisas no âmbito das violações aos Direitos Humanos.
- D. Identificar os desafios à concretização dos direitos humanos no âmbito jurisdicional.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Encontro 1: Direitos humanos nos âmbitos nacional, regional e global: histórico, dimensões e características, principais documentos normativos, sistemas de proteção proteção agora diretos humanos;

Encontro 2: Acesso à justiça e judicialização dos Direitos Humanos: formação e evolução dos Estados, a repartição de Poderes do Estado e o Judiciário, a expansão do Judiciário no

contexto global e regional. Juridicização, judicialização e ativismo judicial. Apresentação do texto selecionado.

Encontro 3: Desdobramentos, desafios e limites da judicialização para a efetividade dos direitos humanos: análise de casos concretos selecionados.

4 METODOLOGIA

4.1 Ensino

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação dos professores;
- Apresentações em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais.

4.2 Avaliação

A avaliação levará em conta vários aspectos, em especial:

- participação nas aulas;
- seleção, leitura e discussão de texto sobre judicialização (e afins) e decisão judicial;
- elaboração de artigo relativo à juridicização/judicialização/desjudicialização do objeto da sua pesquisa (ou um recorte do seu objeto) - pode ser individual ou em dupla. Objetivos: publicação de um dossiê sobre Judicialização e Direitos Humanos na Revista Vertentes do Direito, do curso de Direito da UFT.

SELEÇÃO DE TEXTO

Selecionar um artigo científico que trate de judicialização ou termos correlatos (juridicização, ativismo ou autocontenção judicial, desjudicialização) que NÃO constem da Bibliografia do plano de ensino e apontar:

- se o texto discute o conceito ou o aplicativo a algum caso concreto
- que definição é dada ao conceito e a partir de que autores
- posição crítica do autor e a sua
- uma inquietação que o texto que provocou
- os motivos pelos quais você escolheu este texto.

O texto deve ser enviado para o email alinesalles@mail.uft.edu.br até 08.05.2017 e os apontamentos feitos serão apresentados em sala no encontro 2.

ARTIGO

Texto de 15 a 30 laudas, conforme ABNT de artigo científico.

Data limite de envio: 12.06.2017 pelo email: alinesalles@uft.edu.br

Roteiro (não é necessário capa ou folha de rosto, mas deve ter título, autor e referências ao final):

1. O objeto da pesquisa (ou recorte do objeto escolhido para este trabalho) e sua relação com os Direitos humanos;
2. Decisões judiciais e/ou administrativas (tribunais de conta, órgãos da administração judicial) e/ou ações e programas de órgãos do sistema de Justiça relacionados ao objeto da pesquisa;
3. Reflexão teórica a partir do seu objeto e recorte envolvendo os conceitos de juridicização, judicialização, ativismo, autocontenção.

Item avaliativo	Valor	Peso
Seleção, leitura e discussão de textos e decisões	1,0	1
Artigo	9,0	1
Total	10,0	10,0

5 BIBLIOGRAFIA

5.1 Bibliografia básica

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 10. ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

GARAPON, Antoine. **O juiz e a Democracia: O Guardião das Promessas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck et. al. **Judicialização da Política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

ALMEIDA, Guilherme de. Acesso à justiça, direitos humanos e novas esferas da justiça. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 1, jan-jun 2012, pp. 83-102.

5.1 Bibliografia complementar

GOMES, Olívia Alves; ALMEIDA, Guilherme de Assis (coord.) **Estudo sobre a federalização de graves violações aos direitos humanos**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2014. Disponível em:

<http://www.andhep.org.br/arquivos/Federalizacao_boneco_final_09012014.pdf>. Acesso em 13 ago. 2015.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. **Revista Atualidades Jurídicas** – Revista Eletrônica do Conselho Federal da OAB. Ed. 4.

Janeiro/Fevereiro 2009. Disponível em:

<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/12685_Cached.pdf>. Acesso em: 15/11/2013.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Legisladores?** Trad. de Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Fabris, 1993, p. 13.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A judicialização da política**. 2003. Disponível em:

<<http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/078en.php>>. Acesso em 10.05.2016

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 23, Nov. 2004 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200011&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em 05.09.2014.

APPIO, Eduardo. A judicialização da política em Dworkin. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, p. 81-98, jan. 2003. ISSN 2177-7055. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15279/13883>>. Acesso em: 13 maio 2016.

ASENSI, Felipe Dutra. Judicialização ou juridicização? As instituições jurídicas e suas estratégias na saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 33-55, 2010 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000100004&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em 16 maio 2016.

MACIEL, Debora Alves; KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. *Lua Nova*, n.57, p. 113-133, 2002.

CASTRO, Marcus Faro de. O Supremo Tribunal Federal e a Judicialização da Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 12, 34, 1997, pp.147-56. Disponível em:

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5342&Itemid=361>. Acesso em 05.09.2014.

URBANO, Maria Benedita Malaquias Pires Urbano. Dos Juízes "Bocas da Lei" aos Juízes Constitucionais "Bocas da Constituição"? In: Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2, Palmas-TO, 2014. **Anais...** Disponível em:

<http://www.tjto.jus.br/esmat/images/stories/esmat/publicacoes/anais/direitos_humanos_2_edicao.pdf>. Acesso em 13.05.2016.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. **Revista Direito GV**, São Paulo 4(2), p. 441-464, jul-dez 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v4n2/a05v4n2.pdf>>. Acesso em 16.05.2016.

ADORNO, Sergio. **4º. Relatório Nacional de Direitos Humanos**. Núcleo de Estudos da Violência. Universidade de São Paulo. 2010.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos humanos e não-violência**. São Paulo: Atlas, 2001.

CARLINI, Angélica. NALINI, José Renato. (Orgs.). **Direitos Humanos e Formação Jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CAZETTA, Ubiratan. **Direitos humanos e federalismo: o incidente de deslocamento de competência**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

COSTA, Paulo Sérgio Weyl A. **Direitos humanos em concreto**. Curitiba: Juruá, 2008. Paulo: Martins Fontes, 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa; Rique, Célia D. G.; Freitas, Fábio F. B. **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop, Bagaço, 2002.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Justiça em seus Termos: dignidade humana, dignidade do mundo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SPENGLER, Fabiana Marion; BRANDÃO, Paulo de Tarso (org.) **Os (des)caminhos da Jurisdição**. Florianópolis: Conceito, 2010.

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 23, Nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200011&lng=en&m=iso>. Acesso em 05.09.2014.

TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjorn (ed.). **The Global Expansion of Judicial Power**. New York University Press, 1995.

GUERRA, Gustavo Rabay. **A expansão do Poder judicial no constitucionalismo democrático: distorção sistêmica ou necessidade contemporânea?** Postado em 03 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32552-39665-1-PB.pdf>>. Acesso em 05.09.2014.

AGUILLAR, Fernando Herren. O papel do juiz e a ciência do direito. In Associação Juízes para a Democracia. **Justiça & Democracia**. Vol. 1, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996: 147-149.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. Mediação, proteção local dos direitos humanos e prevenção da violência. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, p. 136-149, 2007.

_____. **A Rede Nacional de Direitos Humanos e a árvore do conhecimento: uma experiência de inteligência em direitos humanos**. Revista do Advogado (São Paulo), São Paulo, v. 23, n. 68, p. 115-119, 2003.

HONNETH, Axel. **Disrespect: The Normative Foundations of Critical Theory**. New York: John Wiley Profession, 2007.

_____. **Patologías de la razón – Historia y Actualidade de la Teoria Critica**. Buenos Aires:

Katz Editores, 2007.

_____. **Sofrimento de Indeterminação** – Uma reatualização da Filosofia do Direito de Hegel. Trad. Rúrion Soares Melo. São Paulo: Editora

_____. FRASER, Nancy. **Redistribution or Recognition?** A political-philosophical exchange. New York: Verso Books, 2003.

MAUS, Ingeborg. Judiciário como superego da sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na “sociedade órfã”. **Novos estudos CEBRAP**, n. 58, Nov. 2000, p. 183-202. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/92/20080627_judiciario_como_superego.pdf>. Acesso em 09.08.2014.

SANTOS, Aline S. de Salles. Que boca é esta? Limites e possibilidades das novas audiências públicas na legitimação democrática do STF. **Observatório da Jurisdição Constitucional**, v. 3, p. 9, 2009. Disponível em: <ojs.idp.edu.br/index.php/observatorio/article/viewFile/262/218>. Acesso em: Acesso em 04 ago. 2014.

SPAGNOL, Antonio Sergio. **Jovens perdidos**: um estudo sobre jovens delinquentes na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2008.

SCHUCH, Patrice. Direitos e sensibilidades: uma etnografia das práticas de justiça na infância e juventude, in Miriam Pillar Grossi, Maria Luiza Heilborn, Lia Zanotta Machado (orgs.). **Antropologia e direitos humanos**, Blumenau, Nova Letra, n. 04, 2006, p. 57-120.

TOURINHO PERES, Maria Fernanda; Cárdua, Nancy; Santos, Patrícia Carla dos. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil 1980-2002**. Núcleo de Estudos da Violência da USP. 2006.

VALLE, Vanice Regina Lírio do (org.). **Ativismo Jurisprudencial e o Supremo Tribunal Federal**. Laboratório de Análise Jurisprudencial do STF. Curitiba: Juruá, 2009.

Textos de Lênio Streck na coluna “Senso Incomum”, da revista **Consultor Jurídico**. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/secoes/colunas/senso-incomum>>. Acesso em: 13.05.1016

Aline Sueli de Salles Santos
Matrícula 1476682

Guilherme Assis de Almeida
Professor colaborador - USP